

AUDIÊNCIA PÚBLICA - 2º QUADRIMESTRE 2021 (JANEIRO À AGOSTO)

- ▶ **Manoel Afonso de Araújo**
Prefeito Municipal
- ▶ **Maria Lecy Alves Dias**
Secretária de Administração, Planejamento e Finanças
- ▶ **Erisvaldo de Queiroz Assis**
Controlador Geral do Município





Obrigação Legal da Audiência Pública

Transparência, Controle e Fiscaliza o

- Art. 48  Lei Complementar n . 101/2000 – LRF

Gestão Orçamentária Participativa

- Art. 44  Lei Federal 10.257/2001



QUAL A BASE LEGAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ?

- **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**
- **LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00 (LRF)**
- **LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO**
- **PORTARIA STN Nº 407/11**
- **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO**
- **LEI MUNICIPAL (PPA)**
- **LEI MUNICIPAL (LDO)**
- **LEI MUNICIPAL (LOA)**



APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

1. Apresentação dos Resultados Fiscais
2. Comportamento da Receita
3. Comportamento da Despesa
4. Situação da Despesa de Pessoal
5. Gastos Constitucionais (**Educação**)
6. Gastos Constitucionais (**Saúde**)
7. Situação da Dívida Pública



QUAIS OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA?

- **Demonstrar as receitas arrecadas no período;**
- **Apresentar as despesas realizadas;**
- **Apresentar o quadro geral das dívidas do município;**
- **Avaliar os índices legais de aplicação em saúde, educação e de despesas com pessoal; e**
- **Permitir a interação dos munícipes com a administração municipal.**

Avaliação das metas fiscais



Relatório de Avaliação das Metas Fiscais em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Avaliação das metas fiscais 2º Quadrimestre/2021



Os números são originários dos relatórios **Bimestrais e Quadrimestrais** publicados no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Formosa do Rio Preto (<http://doem.org.br/ba/formosadoriopreto/diarios>);

Refletem o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.



Comportamento da Receita

A Receita Orçamentária total, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital, e excluídas as deduções para o FUNDEB, foi prevista na Lei de Orçamento para o exercício de 2021.

Prevista	Receitas Realizadas	%
R\$146.000.000,00	R\$103.030.595,73	70,57

Apresentação dos Resultados Fiscais Acumulado até agosto de 2021



O Resultado Primário (composição).

1. Tributação: Parcela relevante da política fiscal diz respeito à forma como o governo atua, junto à sociedade, para obter os recursos necessários para a cobertura dos gastos públicos.

2. Transferências Constitucionais

Base de Calculo: Receitas (as financeiras, operações de crédito e alienação de bens);
e Despesas fiscais (juros, encargos e amortizações).

▪ Receitas Realizadas	R\$ 103.030.595,73
▪ Despesas Liquidadas	R\$ 67.251.174,72
▪ Resultado Primário	R\$ 35.779.421,01

▪ Esse desempenho demonstra que as receitas fiscais foram suficientes para suportar integralmente as despesas fiscais no ano de 2021.

Comportamento da Despesa



Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total Liquidada, no período até Agosto de 2021 ficou em:

RECEITA TOTAL **R\$ 103.030.595,73**

DESPESA TOTAL **R\$ 67.251.174,72**

DEMONSTRANDO SUPERAVIT ORÇAMENTÁRIO NO VALOR TOTAL DE:

R\$ 35.779.421,01



AS PRINCIPAIS RECEITAS PRÓPRIAS DE JANEIRO A AGOSTO DE 2021.

IPTU	R\$ 370.081,82
ISS	R\$ 2.908.619,34
ITBI	R\$ 4.666.674,99
IRRF	R\$ 1.656.777,77
TOTAL	R\$ 9.602.153,92

AS PRINCIPAIS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE JANEIRO A AGOSTO DE 2021


FPM	R\$ 15.591.301,94
ICMS ESTADUAL	R\$ 52.984.829,01
ITR	R\$ 689.504,34
IPVA	R\$ 583.641,75
TOTAL	R\$ 69.849.277,04

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DE DESPESAS DE JANEIRO A AGOSTO DE 2021

Despesas Realizadas no Período	
Despesas Primárias Correntes	R\$ 65.791.362,93
Despesas de Capital	R\$ 1.408.094,43
Investimentos	R\$ 246.719,31
Inversões Financeiras	R\$ 0,00
Amortização da Dívida	R\$ 1.161.375,12
Total	R\$ 67.199.457,36

DESPESA POR FUNÇÃO DE JANEIRO A AGOSTO 2021

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	R\$
LEGISLATIVA	4.667.865,52
ADMINISTRAÇÃO	5.268.542,42
ASSISTENCIA SOCIAL	2.901.043,39
SAÚDE	18.145.071,40
EDUCAÇÃO	23.992.868,33

CONTINUAÇÃO

CULTURA	815.600,71
URBANISMO	4.479.648,38
HABITAÇÃO	0,00
SANEAMENTO	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	392.946,55
AGRICULTURA	2.012.049,95
INDÚSTRIA	196.702,82
ENERGIA	118.895,45

CONTINUAÇÃO



TRANSPORTE	1.321.384,94
DESPORTO E LAZER	0,00
ENCARGOS ESPECIAIS	2.938.554,86
TOTAL	67.251.174,72



Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE



As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no acumulado do ano de 2021, totalizaram **R\$ 29.809.575,05** o que corresponde a **30,68%** da Receita Corrente Líquida (Impostos e Transferências).

Nesse caso, os gastos com educação ficaram acima do limite de **25%** estabelecido pela Constituição Federal.

DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÃO - MDE

2º QUADRIMESTRE DE 2021

Exigência Legal: Art. 212 da Constituição Federal.	
Receita de Recursos Próprios e Transferências	R\$ 97.165.020,97
Total da Despesa com Educação (Receitas Próprias e Transferências)	
	R\$ 29.809.575,05
Valor Mínimo a ser Aplicado 25%:	R\$ 24.291.255,24
Percentual Efetivamente Aplicado	30,68%
SUPERAVIT	R\$ 5.518.319,81

Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.



Em cumprimento a Emenda Constitucional nº 108/2020 de 26 de agosto de 2020, que obriga a aplicação de uma parcela não inferior a **70%** dos recursos do **FUNDEB** na remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercício de suas atividades na educação básica.

O Município aplicou **R\$ 13.869.646,91**, ou seja, **99,26%** dos recursos recebidos do FUNDEB, na Remuneração dos Profissionais do Magistério atendendo ao dispositivo legal .

DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÃO DO FUNDEB 2º QUADRIMESTRE DE 2021

Exigência Legal: Lei nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020.	
Transferência do FUNDEB	R\$ 13.973.246,86
Valor Mínimo a ser Aplicado na Remuneração dos professores 70%	R\$ 9.781.272,80
Valor Efetivamente Aplicado	R\$ 13.869.646,91
Percentual sobre a Receita Total do FUNDEB	99,26%
SUPERÁVIT	R\$ 4.088.374,11

Despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde



Os gastos com saúde atingiram o montante de **R\$ 14.904.971,12** o que corresponde a **15,51%** sobre a Receita Corrente Líquida (Impostos e Transferências).

Observa-se, portanto, o cumprimento do limite mínimo de **15%** estabelecido na LC nº 141/2012.

DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÃO COM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NO 2º QUADRIMESTRE DE 2021

Exigência Legal: Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012.

Base de Cálculo	R\$ 96.099.431,08
Total da Despesa com Saúde (Recursos Próprios)	R\$ 14.904.971,12
Valor Mínimo a ser Aplicado 15%	R\$ 14.414.914,66
Percentual Efetivamente Aplicado	15,51%
SUPERÁVIT	R\$ 490.056,46

Despesa de Pessoal e Limites da LRF



A Despesa de Pessoal Total, calculada conforme metodologia adotada pelo Tribunal de Contas dos Municípios item mais significativo no conjunto das despesas fiscais, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses (Janeiro a Agosto 2021), conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal.

DESPESA DE PESSOAL **R\$ 70.697.832,28** (RCL R\$ 159.403.552,16)

Limite de comprometimento de **44,35%**, portanto, a baixo do Limite Prudencial que é de **51,30%**.

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL NOS ÚLTIMOS 12 MESES

Exigência/limitação legal: Arts. 18 a 22 da Lei Complementar nº 101/00 - LRF	
Receita Corrente Líquida	R\$ 159.403.552,16
Limite Legal: (54% sobre RCL)	R\$ 86.077.918,17
Limite Prudencial (51,30% sobre a RCL)	R\$ 81.774.022,26
Despesa Total com Pessoal	R\$ 70.697.832,28
Percentual Efetivamente Aplicado	44,35%

Divida Pública Consolidada



A Dívida Consolidada ao final do quadrimestre de:
(R\$ 21.482.934,64) conforme relatório 02 RGF.

Apresentando a quitação das responsabilidades existentes, demonstrando que o Município atendeu as determinações da Resolução nº 40 do Senado Federal, a qual disciplina que a Dívida Consolidada Líquida não poderá exceder a 120% (cento e vinte por cento) da Receita Corrente Líquida, (RCL R\$ 159.403.552,16)

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA E RESULTADO NOMINAL DO 2º QUADRIMESTRE DE 2021

LRF. ART 53, INCISO III - ANEXO VI (PORTARIA STN N° 633)	31 DE DEZEMBRO 2020 (A)	31 DE AGOSTO 2021(B)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	22.644.309,76	21.482.934,64
Previdenciárias	20.159.829,06	19.438.232,51
Demais Contribuições Sociais (Pis Pasep)	569.026,19	528.419,58
Demais Dívidas Contratuais	1.539.492,24	1.271.754,48
Com Inst. Financeira (Desenbahia)	181.666,95	65.886,20
Precatórios Posteriores a 05/05/2000	152.656,10	152.656,10
Outras Dívidas	41.639,22	25.985,77
DEDUÇÕES (II)	8.855.016,33	44.015.088,82
Disponibilidade Caixa Bruta	11.123.707,59	45.271.913,15
Haveres Financeiros	0,00	0,00
(-) Restos A Pagar Processados	2.268.691,26	1.256.824,33
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA (II) = (I-II)	13.789.244,81	-22.532.154,18



Comentário Final

Os resultados apresentados permitem concluir que a metas fixadas no período para o Resultado Primário foi correspondida.

Os gastos com Educação correspondem acima do mínimo obrigatório de 25%;

Os gastos com Saúde correspondem acima do mínimo obrigatório de 15%;

Dívida Consolidada dentro dos índices permitidos.

As Despesas com Pessoal foram atendidas nos limites estabelecidos;

Estão dentro das normas legais. Demonstrado, assim, o cumprimento das metas fiscais estabelecidas, bem como ao atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Formosa do Rio Preto - BA, 25 de Outubro de 2021.



OBRIGADO!

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO

ERISVALDO DE QUEIROZ ASSIS

Contato: controladoriageral@formosadoriopreto.ba.gov.br

Apresentação:

Maglon Ribeiro